

REFLEXÕES E ANÁLISES SOBRE A AVALIAÇÃO DO INAF, INEP E INSTITUTO PRÓ LIVRO SOBRE A PRÁTICA DA LEITURA NO PAÍS

REFLEXIONES Y ANÁLISIS SOBRE LA EVALUACIÓN DEL INAF, INEP E INSTITUTO PRO LIBRO EM LA PRÁCTICA DE LA LECTURA EM EL PAÍS

Jeferson André Grisang¹
Cecília de Campos França²

RESUMO: Este trabalho, uma pesquisa de caráter qualitativo, buscou através de consultas bibliográficas às obras de autores como Paulo Freire (2009), Mello, (1991), Hoffmann (1996), Luckesi (2010) e outros, analisar a importância e relevância das avaliações do INAF, INEP e Instituto Pró Livro sobre a leitura. Por ser a leitura, considerada como um parâmetro para a construção de objetos de estudo no âmbito das representações sociais, justifica-se esta produção, tendo em vista o valor que podem representar esses resultados para a promoção de ações de estruturação da educação no país. Neste sentido se refletiu sobre a forma como estes resultados, afinados com as premissas capitalistas, são divulgados e utilizados em favor da continuidade do atual modelo sócio econômico em vigência no planeta. O texto procura, ainda, demonstrar a pertinência dessas avaliações, na proposição de investigações que objetivem conhecer os resultados alcançados pela educação e o desprezo às admoestações de educadores, de intelectuais, que passam como que despercebidas pelos governantes, figurando apenas nos discursos, sem se traduzir por ações efetivas. Com o intuito de colaborar com as reflexões acerca desse fenômeno, apresenta dados resultantes de visitas à biblioteca de Juína para observar as condições do acervo e seu funcionamento, como insumo à discussão sobre a disponibilidade de locais de leitura, não somente no município, mas no país. Com a mesma intenção, apresenta alguns dos pressupostos que consideraram a leitura como indispensável à prática cultural, social e escolar, oferecendo aos leitores argumentos e análises sobre a situação da leitura no Brasil, e a notabilidade da escola e do trabalho dos professores para a formação de leitores.

Palavras-chave: Avaliação, Leitura, Educação

RESUMEN: Este estudio, un estudio de investigación cualitativa, se buscó a través de consultas bibliográficas obras de autores como Paulo Freire (2009), Mello (1991), Hoffmann (1996), Luckesi (2010) y otros análisis de la importancia y pertinencia de las evaluaciones INAF, INEP y Instituto Pró Livro. Por ser la lectura considerada como un parámetro para la construcción de objetos de estudio dentro de las representaciones sociales la producción se justifica, en vista del valor que puede representar estos resultados a promover acciones para estructurar la educación en el país. En este sentido, hemos reflexionado sobre cómo estos resultados, en consonancia con los supuestos capitalistas se dan a conocer y utilizar a favor de continuar el actual modelo socio-económico vigente en el planeta. Se trata también de demostrar la relevancia de estas evaluaciones, la proposición de las investigaciones que tienen como objetivo conocer los resultados alcanzados por la educación y el desprecio a las advertencias de los educadores, intelectuales, al igual que pasa inadvertida por los

1 Graduado em Letras/Espanhol pela UNEMAT – núcleo de Juína

2 Professora Dra em Educação na UNEMAT, docente efetiva do PPGedu/Cáceres e Pós Doutoranda na UNICAMP no DEEPASE.

governantes, que sólo aparecen en los discursos, sin traducir para una acción eficaz. Con el fin de colaborar con las reflexiones sobre este fenómeno, se presenta la evidencia de las visitas a la biblioteca de Juina para observar las condiciones del acervo y su funcionamiento como un aporte a la discusión acerca de la disponibilidad de la lectura local no sólo la ciudad sino del país. Con la misma intención, se presentan algunos de los supuestos considerados como esenciales para la lectura de la práctica cultural, social y la vida escolar, ofreciendo a los lectores los argumentos y análisis sobre el estado de la lectura en Brasil, y la nobleza del trabajo y los maestros de la escuela para capacitar a los lectores.

Palabras clave: Evaluación, Lectura, Educación

INTRODUÇÃO

No presente momento da sociedade brasileira temos visto em vários setores um crescimento das preocupações com relação à educação. Aparentemente, está havendo uma conscientização da importância que esta tem no atual contexto sócio econômico.

Por décadas foi, e ainda é notório, o descuido com a educação do país e seu povo. As admoestações de educadores, de intelectuais, ora são tratadas como fatos pontuais ora são culpabilizados professores e alunos pelo descaso do governo e a constante diminuição de verba destinada à educação. Nos discursos políticos aparece como prioridade sem se traduzir em ações efetivas.

A escola como representante do progresso cultural e propiciadora da ascensão social, parece ter se tornado obsoleta. Porém, em tempos de globalização e conhecimento sem fronteiras, padrões de baixa escolaridade são incompatíveis com a realidade social. Essa é uma contradição evidente que temos escancara cotidianamente. De qual educação falamos? Aquela que tem por objetivo formação do ser humano unilateral ou a que ocupa com sua formação como mão de obra para um mercado de trabalho “exigente”?

Desta maneira, com a intenção de avaliar esse processo, alguns aspectos são pesquisados procurando demonstrar a qualidade da educação oferecida. Dentre estes aspectos, normalmente pesquisados, está a leitura e suas práticas, que, acredita-se possibilitar resultados adequados a este tipo de avaliações.

Mas até que ponto essas avaliações podem representar a realidade da educação de nosso país?

E para responder esta pergunta e possibilitar reflexões a esse respeito, este trabalho analisou as avaliações realizadas pelo INAF e IPM (2005), Instituto Pró livro feita em 2008 e

INEP em 2009 destacando a posição que a leitura no Brasil ocupa nestas avaliações. Antes, porém, abordamos o que é possível se compreender por avaliação. Segundo o dicionário Aurélio avaliação teria como sinônimos; ajuizamento, julgamento, ponderação, exame, medição.

O nosso entendimento de avaliação também está em concordância com Jussara Hoffmann (1996) e Luckesi (2010) que discutem a avaliação sob o ponto de vista de um investimento que deve estar a serviço e comprometido com as melhorias da qualidade do ensino. Sendo assim, os resultados obtidos devem, necessariamente, subsidiar transformações no processo de ensino-aprendizagem, na estrutura física das instituições de ensino como ainda, funcionar de estratégia que possam elucidar fragilidades e pontos fortes na organização do ensino, no processo ensino-aprendizagem, condições dos professores, alunos, comunidades, dentre outros.

Concebida a avaliação desta maneira ela representa uma importante ferramenta para construirmos qualidade na educação brasileira.

É com este sentido que esta pesquisa qualitativa tomou por objeto de trabalho alguns dos resultados das avaliações das entidades supracitadas. Para que se possa contextualizar devidamente a discussão que nos propusemos a realizar neste estudo, faremos a exposição de reflexões acerca do nosso contexto político, econômico e social. Esta poderá nos conduzir a conclusões sobre os limites e possibilidades de desenvolvimento de leitores nas comunidades e escolas públicas brasileiras, como as da cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, e que passam por questões de âmbito mais amplo.

As contradições que ora encontramos nos dados apresentados nesta pesquisa serão explicitadas e analisadas de forma articulada com a organização econômica, política e social. Para iniciar nosso trabalho lembramos que Paulo Freire nos apresentou a reflexão de que:

[...] A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele [...] Podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (FREIRE, 2009, p.20)

Com este pensamento freireano temos a reafirmação da importância da leitura entendida por nós como imprescindível de ser sempre evocada e cuidada no processo educacional, pois esta interferirá na (re) escritura da sociedade. Além disso, Freire também deixa implícito em seu pensamento a questão de que para escrever ou reescrever o mundo é preciso estar consciente de que esta ação é fundamentada por uma ideologia e criará intervenções na sociedade por meio da práxis pedagógica.

A leitura de mundo construída no âmbito familiar somada à leitura da palavra remete o indivíduo a se tornar um leitor não só de palavras, mas de pessoas, textos e contextos, e essa visão, muitas vezes pode se diferenciar daquela que ele tinha antes. Esta habilidade possibilita registrar e refletir sobre sua forma de ver e compreender as coisas e oferece oportunidade de acessar objetivos que irão contribuir para aprofundar as reflexões que construiu a partir de suas experiências no contexto social em que viveu.

Como não é possível separar a leitura e a organização social, com o intuito de ampliar as possibilidades de discussão, faremos uma breve análise das implicações desse contexto no mundo contemporâneo.

REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL

Na ordem social capitalista o que tem sido construído desde sua origem é a valorização da aparência, do individualismo, da concentração de capital, e as pessoas passam a ter ou não valor dentro desta ordem pelo que conseguem acumular em termos de riqueza material. Há uma desvalorização crescente da educação, muito embora, ela exista como tema central nos discursos políticos, midiáticos dentre outros. No entanto, o que se observa é uma interpenetração de valores neoliberais que buscam adequar os processos educacionais brasileiros aos interesses econômicos hegemônicos. No Manifesto do Partido Comunista (1848), Marx e Engels escreveram: "A necessidade de um mercado, constantemente em expansão, impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda a parte". Isto pode ser observado não somente em diferentes discursos como também na leitura atenta das leis que orientam a educação brasileira, tais como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o PNE – Plano Nacional de Educação (2011-2020). Os quesitos de formação para o trabalho e o de desenvolvimento sustentável, deixa-nos em alerta, pois a educação que visa o preparo para a cidadania tem em seus objetivos preparar para as atividades que proporcionem possibilidades de existência e o trabalho faz parte deste rol. No entanto, ao enfatizar e destacar o trabalho em seu texto, leva-nos a questionar: Qual trabalho os seus redatores tinham em mente? O conceito de desenvolvimento sustentável está atrelado a qual visão de meio ambiente? Estas indagações se fazem pertinentes por reconhecermos que a organização desta sociedade brasileira está afinada com as premissas capitalistas que se sustentam pelos pressupostos neoliberais.

Pellanda (2001) fala de cinco eixos que nos mostram como o neoliberalismo se sustenta e manipula o indivíduo. Iniciamos pela “naturalização do mercado”.

“O mercado” é elemento construído pela sociedade e adquire poder e independência ao ser colocado como acima das pessoas com poder de entidade regulatória da vida, constituindo-se como racionalidade principal em volta da qual tudo se constitui. A mercadoria é o exterior do poder político e o consumismo que nos alimenta será algo que nos tornaremos. A lógica do mercado nos remete a questão da falta de ética e sua consequência é a corrupção dos governos e o tráfico de drogas. Em seguida a “epistemologia da verdade única”, onde o neoliberalismo é a única salvação, isto remete a ideia de que alguém deve pensar por nós, nos liberando da tarefa. Esse mecanismo de poder desmobiliza e enfraquece o potencial de luta do trabalhador. Outro eixo organizador desta lógica é a “homogeneização das consciências”. Para trabalhar junto às pessoas, o poder da mídia é acionado, para que o indivíduo tenha um comprometimento geral dos seus desejos para com o interesse neoliberal, assim ele o tem como original e, seu o pensamento passa a ser comum a outros servindo aos interesses neoliberais.

Há também o “ataque aos vínculos”, o discurso corrente, oficial desmobiliza ações coletivas de diversas maneiras, indo na direção de uma desagregação do indivíduo, as próprias leis constitucionais garantem os “direitos individuais do cidadão”, porque individualmente o sujeito será manipulado com maior facilidade. Por fim podemos elencar a “fragmentação e formalização”, que cumpre a função de impedir a construção de sentido para as pessoas e negar a realidade. Na fala de FHC, no jornal Zero Hora, de 15-02-1998 vemos esta estratégia em ação: “*o Brasil não será afetado pela crise mundial, [...] que o governo não está passando por uma crise nos ministérios*” (p.23) e, assim por diante.

Um das ações promissoras que pode contribuir para a reversão desta situação discutida acima está no exercício da atividade docente em que os educadores sejam conscientes, críticos, politizados e que se empoderem e se organizem em direção a uma mobilização coletiva por melhores condições de trabalho, buscando a superação do autoritarismo e da arbitrariedade para construir uma democracia efetiva. Mais uma vez, trazemos para nossa discussão uma fala de Paulo Freire:

Em primeiro lugar, porém, é preciso que a educação dê carne e espírito ao modelo de ser humano virtuoso que, então, instaurará uma sociedade justa e bela. Nada poderá ser feito antes que uma geração inteira de gente boa e justa assuma a tarefa de criar a sociedade ideal. Enquanto esta geração não surge, algumas obras assistenciais e humanitárias são realizadas, com as quais se pode inclusive ajudar o projeto maior. (FREIRE, 2009, p.28)

Por virtude entendemos as ações que visam o bem estar coletivo e que garantam direitos historicamente conquistados para todos.

A LEITURA NO BRASIL

Talvez a mais grave das denúncias do fracasso das políticas educacionais dentro da globalização seja a verificação de que o analfabetismo de bilhões de pessoas no mundo todo continua a crescer, a nos desafiar e nos envergonhar. O fato desastroso, que se repete a quatro ou cinco décadas, hoje na denominada "sociedade do conhecimento" e da comunicação letrada é sem dúvida o analfabetismo. O fracasso ao combate a ele é permanente, tanto em nível local como global. E continua sendo tratado como a mais de quarenta anos, quando Freire em seu artigo; "Alfabetização de adultos: um quefazer neutro?", para a o n° 1 da Revista Educação e Sociedade em 1970. Dito de outra maneira, as providências, quando colocadas em prática não conseguem atingir as bases do problema. As discussões sobre as diferentes questões educacionais como cognição, as metodologias ou outras, são muito importantes. Entretanto, não existe discussão mais urgente que a necessidade de se enfrentar social e politicamente as deficiências deste campo.

Em nosso país, tanto nesse como nos demais governos, quando a alfabetização parecia estar sendo vista como um problema realmente importante, acaba sendo relegada a um plano secundário. Desde os anos 30 a questão do analfabetismo permanece intacta e traz consigo agravantes brutais. Essa suscita outras questões que beiram a insanidade, tais como: Como desenvolver um país com mais de 100 milhões de analfabetos? Absolutos, digitais, funcionais, políticos e outros. Como resolver este dilema, se ele está relacionado ao baixo nível da escolaridade das camadas mais populares da sociedade? Como administrar a importância da cidadania, do direito ao conhecimento e a justiça social com as necessidades de inserir mão de obra adaptada ao novo mundo do trabalho? Como encarar como realidade nossos PCNs, sem se resolver toda essa condição? A avaliação de aspectos relacionados à educação tenta de alguma maneira responder a essas questões. Com esta e outras intenções, não tão altruístas, a leitura tem sido avaliada nos últimos anos, por várias instituições oficiais e os resultados mostram um desenvolvimento inaceitável para a maioria dos estudantes brasileiros. Um percentual considerável do povo brasileiro é incapaz de ler com competência e compreensão, por vários fatores: políticos, econômicos, sociais, familiares e, por ineficiência da própria instituição escolar, dentre outros. Ler é preciso e fundamental para a construção de cidadania e dignidade.

Com o intuito de analisar a situação brasileira quanto à leitura, ao número de leitores, daqueles que não conseguem ler e a análise da avaliação que se faz desta questão, pesquisamos os índices do: INAF, INEP, IPM e o Pró Livro para podermos entender qual a condição brasileira em relação à leitura. O INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional – é um indicador que mede os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira adulta. O objetivo do Inaf é oferecer à sociedade informações sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade, de modo a fomentar o debate público, estimular iniciativas da sociedade civil e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de educação e cultura. Alguns dos resultados apresentados pelo INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional) são: 38% da população brasileira de 15 até 64 anos possuem um nível de alfabetização apenas básico e 30% em um nível rudimentar, segundo o 5º indicador de Pesquisa funcional (INAF), de 2005, do Instituto Paulo Montenegro (IPM). Estas duas classificações retratam o analfabetismo funcional, quando a pessoa está com grau de alfabetização insuficiente e com dificuldades na leitura e escrita.

Especialistas defendem que o hábito da leitura é fundamental para o desenvolvimento sócio cultural do indivíduo. O estudo Retrato da Leitura no Brasil, feita em maio de 2008, pelo Instituto Pró-Livro, definiu que “leitor é aquele que leu pelo menos um livro nos últimos três meses e mostrou que quanto maior a escolaridade, maior a incidência de leitura de livros.” Definição que remete a percepção de certo protecionismo em relação às obras no formato de livros, retificando o nome da instituição Pró- Livro. Muitos são atualmente os objetos de leitura, sendo assim, atrelar o conceito de leitor ao uso de um desses objetos, o livro, possa produzir um resultado tendencioso, que de alguma maneira colaborasse com as intenções da imprensa literária. Talvez se a instituição se denominasse Pró-Leitura a concepção para “leitor” tivesse uma conotação diferente, mais ampla e abrangente.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro, tem sido o principal estudo sobre o comportamento leitor no país, subsidiando o Estado brasileiro com informações e reflexões relevantes para a elaboração de políticas públicas do livro e leitura. A primeira edição da pesquisa, realizada em 2001, teve por objetivo básico a identificação da penetração da leitura de livros no país e o acesso a eles. Buscava, também: 1) Levantar o perfil do leitor de livros; 2) Coletar as preferências do leitor brasileiro; 3) Identificar as barreiras para o crescimento da leitura de livros; 4) Levantar o perfil do comprador de livros. A pesquisa relata ainda que 30% dos estudantes de 1ª a 4ª séries e 11% dos alunos do ensino superior nunca pegaram num livro espontaneamente. A leitura freqüente de livros ocorre em apenas 1/3 da população brasileira adulta alfabetizada, sendo que 61% têm pouco ou nenhum

contato com livros e 70% dos leitores assíduos são das classes B e C. Quando estimulados a consumirem mais livros, 34% responderam que comprariam se fossem mais baratos. As classes B e C juntas formam o grupo de maior representatividade em volume de consumo no mercado. A primeira edição da pesquisa, citada acima, nos revela que faltam formas de incentivo à sociedade, em relação à leitura. O primeiro item mostra-nos a importância dos pais no incentivo à leitura para com os filhos no âmbito familiar, tão importante quanto, do professor na escola para com os alunos e de condições oferecidas pelo Estado para que isso se realize. Já nos próximos itens o incentivo muda de esfera de responsabilidade passando para o governo através de investimentos em bibliotecas públicas em que elas teriam horários adequados à necessidade da população de cada cidade, outra maneira seria a redução de impostos sobre os livros para que um número maior de pessoas pudesse adquiri-los.

Na segunda edição, o objetivo foi diagnosticar e medir o comportamento leitor da população, especialmente com relação aos livros, e levantar junto aos entrevistados suas opiniões relacionadas à leitura. O estudo teve, ainda, os seguintes objetivos secundários: Conhecer a percepção da leitura no imaginário coletivo; Definir o papel do leitor e do não leitor de livros; Identificar as preferências dos leitores; Identificar e avaliar os canais e formas de acesso à leitura e as principais barreiras. A pesquisa considerou “leitor” quem declarou ter lido pelo menos um livro nos últimos três meses anteriores à entrevista, e “não leitor” quem declarou não ter lido nenhum livro neste mesmo período.

Destacamos alguns dos questionamentos utilizados, que podem nos apoiar em nossas análises e reflexões. Em relação à questão O que os brasileiros gostam de fazer em seu tempo livre? A atividade leitora ficou apenas em quinto lugar. Hoje com a internet, será que não houve redirecionamento no interesse de leituras, já que via web é possível acessar textos, artigos, gibis, livros, pesquisas, vídeos etc.? O livro foi o único critério utilizado nas pesquisas? Segundo as informações publicizadas parece que sim e isso como comentado em relação à definição de “leitor” divulgada pelo instituto Pó-Livro, mostra uma primeira fragilidade do estudo.

A pesquisa também revelou a enorme concentração de livros: 66% dos livros estão nas mãos de apenas 20% da população, ao passo que 8% dela não têm nenhum livro em casa e 4% somente um. Sessenta e sete (67%) por cento da população brasileira disseram saber da existência de bibliotecas próximas à sua residência e 20% afirmaram não existir.

Este dado revela a falta de conhecimento dos equipamentos culturais existentes nos municípios, isto porque o suplemento de cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), mostrou que 89% dos municípios brasileiros possuem bibliotecas públicas. De que maneira e como o governo divulga e promove eventos em suas bibliotecas? Quais são os horários que elas abrem e fecham e qual é o estado do acervo tanto em qualidade quanto em quantidade? Cerca de metade dos não leitores disse não ter qualquer dificuldade para a leitura, o que nos revela a falta de estímulo a essa prática. Some-se a este dado o desinteresse (27%) e “falta de tempo” (29%) como razões alegadas pelos brasileiros não leitores para não terem lido livros no último ano. A falta de tempo pouco explica, caso não compreendamos a lista de prioridades dos brasileiros em seu dia a dia. Parte da resposta a estes questionamentos, vimos na questão referente às atividades no tempo livre, o uso da web, leituras pela internet, e ainda, a facilidade com que vemos hoje livros digitalizados, que podem ser baixados gratuitamente e lidos no computador, parece não ter sido considerado. Almanques e gibis também auxiliam no desenvolvimento de leitores. A leitura de livros disponíveis na web tem sido uma prática valorizada em prol de um meio ambiente mais limpo e preservado.

A pesquisa Retratos da leitura no Brasil é complexa. Merece uma análise qualitativa minuciosa por parte dos gestores responsáveis pela elaboração das políticas públicas voltadas para a área do livro, leitura e literatura.

De acordo com o 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, realizado no ano passado pela Fundação Getúlio Vargas, apenas 79% das cidades brasileiras possuía ao menos uma biblioteca aberta em 2009, com média de 2,67 para cada cem mil habitantes. Porém, apenas 12% delas funcionavam aos sábados, 1% aos domingos e 24% no período noturno. No entanto, o quesito quantidade não é o único problema identificado. A inclusão também é negligenciada amplamente pelas bibliotecas públicas municipais. Apenas 9% oferecem serviços para deficientes visuais, como audiolivros ou obras em Braille, e 6% desenvolvem atividades para surdo-mudos, deficientes mentais ou físicos. Sem mencionar serviços básicos como a disponibilização de computadores com acesso à internet para o público, presente em menos de 30% das instalações. Um aspecto também apontado como insatisfatório no censo da FGV, é o que constata que a frequência média dos usuários das bibliotecas públicas municipais é inferior a duas vezes por semana. Além disso, 65% dos visitantes enxergam a estrutura como uma fonte de pesquisas escolares, 26% a utilizam para pesquisas em geral e somente 8% para o lazer.

Comparando as pesquisas realizadas pelo IBGE (2006) e pela FGV (2009) ouve uma redução de 10% de municípios com bibliotecas. É desta maneira que o governo está “incentivando” a leitura no Brasil?

Na pesquisa feita pela FGV (2009) os governantes alegam estar fazendo a parte que lhes cabe, isso no sentido de incentivo a leitura, porém, alegam que a sociedade não tem interesse por esta prática. Contudo, se levarmos em consideração os horários em que as bibliotecas abrem é o mesmo em que a maior parte da sociedade está trabalhando. Percebemos que esses incentivos não são suficientes, ou pior, são uma forma de se isentar dessa responsabilidade, criar impedimentos, e de não diminuir as barreiras entre a prática da leitura e a população. Poucas abrem no período noturno muito menos aos sábados e domingos. Estas são algumas das contradições encontradas.

Em visita a biblioteca municipal de Juína para conhecer o acervo lá disponível podemos constatar que ela possui mais de 15000 livros. O acervo literário é composto por mais de 5000 livros, que estão divididos por categorias como: Literatura brasileira 686 livros, poesia 336 livros, contos 264, ficção 33, infanto juvenis 303, charges 14, infantis 1604, reflexões 67, espíritas 78, religião 35, Literatura Estrangeira 1443 e livros em braile 163. Os livros infantis estão em uma sala separada, ambientada com tapete, almofadas, pequenas cadeiras e brinquedos, porém, alguns livros estão colocados em local alto, inacessíveis à parte das crianças. Esta situação revela o pouco cuidado que se tem para viabilizar o acesso a este acervo.

O ambiente destinado aos demais leitores carece de conforto térmico e físico, o que restringe o tempo de leitura de seus usuários. Em entrevista com uma das funcionárias da biblioteca de Juína obtivemos informações a respeito da procedência das obras; Mais de 80 por cento dos livros que lá estão foram doados pela sociedade juinense, outra parte deste acervo pertence ao NEAD (núcleo de educação à distância) e está emprestado à biblioteca municipal, que mesmo tendo vários problemas se encontra em melhores condições de uso. Observamos ainda que a maioria dos livros, possivelmente pela própria condição de material doado, necessita reposição, já que se apresentam bastante desgastados. Os livros em braile aparentam estar em perfeito estado (sinal que foram pouco usados). Como na maioria das bibliotecas, o horário comercial para seu funcionamento impede que grande parte da população a ela tenha acesso, seu fechamento completo nos períodos de férias não pode ser considerado como incentivo.

Assim diante desta situação é possível refletir que o poder público pouco tem feito para incentivar a leitura na cidade. Ao contrario, tem praticas que inviabilizam a população a executar a atividade de leitura. Ao se ponderar sobre o baixo poder aquisitivo de grande parte da população do município, não se pode pensar nos baixos níveis de qualidade e de índices de leitura responsabilizando somente a sociedade por não ler.

Outro aspecto importante a ser considerado nesta análise são as populações de estudantes que dependem quase que exclusivamente de acervos como os da Biblioteca Pública para execução dos seus trabalhos e pesquisas escolares, que por sua natureza investigativa representam um excelente incentivo à prática da leitura.

Contudo, o uso escolar não deve ser focado como único propósito do ato de ler. A leitura precisa estar presente nas atividades diárias dos jovens. A atividade de leitura necessita ser um momento de busca, de realização e não meramente para se cumprir determinadas etapas de um processo avaliativo.

Podem-se destacar vários problemas dentro deste processo. Um deles seria a imposição pelo professor ao aluno de seu modo de pensar e interpretar o texto. Há que se ter clareza de que um texto permite muitas interpretações. Este descentramento do professor em relação a uma única forma de ler traz riqueza para a atividade e abre outras possibilidades de entendimento. A escola como um todo reproduz a ideologia dominante e a leitura vai sendo tratada, muitas vezes, apenas como forma de se utilizar a norma culta da língua. Este enfoque é empobrecedor do processo de leitura e o transforma em fardo pesado a ser carregado, cumprindo a função de desmotivar as pessoas em relação à leitura.

Diante de tais condições, pensamos que há um esvaziamento e a retirada do prazer e do sentido da leitura. Os objetivos mais superficiais vão sendo tratados como se fossem essenciais e o que se observa é um crescente desinteresse pela atividade de leitura, atividade essa tão importante para a construção de pessoas conscientes e críticas do mundo que as cerca e de seu posicionamento neste.

O movimento massificador desta lógica de valores do universo capitalista, busca imputar a todos “prazeres”, que são artificialmente criados pela mídia com objetivo de valorizar a mesmice ao invés de construir a consciência de riqueza da diversidade, como característica do ser humano. Como podemos como professores trabalhar na contramão desta lógica?

Tornar a leitura presente na vida dos alunos é mais que decodificar símbolos, é estar aberto a novas perspectivas, a novos desafios. É importante mostrar o poder que as palavras têm em construir um conhecimento amplo tanto socialmente como culturalmente, elevando seu nível de entendimento como um todo. Destruir preconceitos existentes na sociedade passa pela questão do conhecimento e da sensibilização das pessoas. As palavras oportunizam um caminho promissor para ressignificações, pois trazem como possibilidade significados e sentidos que podem ser trabalhados com objetivo de ampliar e identificar múltiplas perspectivas.

Se o professor estiver atento ao seu papel, for crítico, leitor assíduo, gostar do que faz e fazê-lo bem, fundamentado em metodologias próprias estará contribuindo para que a leitura possa tornar-se um prazer na vida do aluno. Cabe perguntar aqui: Ora, se o livro tem sido avaliado como um bem caro e o salário docente cada vez mais deficiente para suprir as necessidades básicas de sua família, como sustentar o discurso de que o professor deve ser leitor, construir criticidade, gostar do que faz, ainda que viva uma vida repleta de necessidades não atendidas? Será que este discurso recorrente nos diversos trabalhos acadêmicos, em revistas de grande circulação, mídia, nos governos, nas secretarias representantes do poder público culpando os professores pela situação de precariedade crescente vivida na educação, já não seria uma maneira de ocultação da ideologia dominante, massacrando a realidade das instâncias públicas que é a de não assumirem as responsabilidades que lhe cabem? Por que assistimos um acirramento de argumentos em prol da privatização da escola em detrimento da escola pública? Será que não estão com a lógica capitalista construindo um suposto fracasso da escola pública para convencer a todos de que o melhor seria a escola privatizada? Estas e outras questões serão respondidas em uma ou outra direção a partir da leitura ideológica que fizermos desta situação.

A leitura deve ser compreendida como uma necessidade, pois conhecer é uma ação que constitui o ser humano e dependemos do conhecimento para ver e interpretar o mundo, orientar nossa vida e nossas ações, entender qual é o nosso posicionamento social e pensar se queremos ou não permanecer onde estamos. Acessar conhecimentos diversos nos permite lutar melhor pelo que queremos alcançar. Silva nos dá, em sua argumentação, bases para refletirmos a respeito de mais uma das contradições, pois como formar indivíduos leitores, a partir da escola: [...] sem um professor que, além de se posicionar como um leitor assíduo, crítico e competente entenda realmente a complexidade do ato de ler, as demais condições para a produção da leitura perderão em validade, potência e efeito. (Silva, 2005, p. 22).

Esta é uma das claras contradições desta lógica do capital. Os professores são mal formados, em um processo educacional precário, são mal remunerados, trabalham dois a três períodos por dia e por fim, são responsabilizados pela má qualidade da escola. Esta estratégia paradoxal daquilo que se fala e do que, de fato, se dá de oportunidade, deve ser denunciada e analisada para que juntos possamos encontrar alguma saída para este labirinto.

A escola, enfim, não pode perder seu foco que é a construção do saber científico, da forma humana, da sensibilidade para as artes, filosofia, convivência social, realização coletiva e trocas de conhecimento e experiência. A escola tem uma responsabilidade social das mais valiosas, pois deve oportunizar a todos o acesso ao legado construído pela humanidade.

Precisa também oferecer conhecimento através de metodologias que concebam a língua como prática e necessidade social. Precisa ser responsabilidade do Estado e ser cuidada para que possa exercer estas funções todas.

O trabalho com a leitura aqui desenvolvido pode ser um dos eixos que norteiam o trabalho em sala de aula, que deve abranger também, além da leitura, a escrita, a análise lingüística e a oralidade. Como reiteram as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, esse contato com a leitura poderá estender-se até a família: para muitas comunidades de leitores, as práticas de leitura se efetivam quase exclusivamente na escola, podendo, a partir dela, projetarem-se para o universo familiar dos alunos e propiciar, assim, as experiências estéticas e éticas. "(BRASIL, 2006, P.80).

Ainda segundo as Orientações Curriculares, os jovens, no ensino fundamental, lêem Literatura à sua maneira e de acordo com as possibilidades que lhes são oferecidas. "(BRASIL, 2006, p.62); portanto, cabe à escola e ao professor selecionar material de qualidade para oferecer ao aluno.

O Brasil está entre os três países que mais evoluíram na educação nesta década. A informação foi divulgada em 07 de dezembro de 2010, em Paris, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tornou público o resultado do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos 2009 (Pisa). No entanto, o estudo também revela que, mesmo com os avanços demonstrados, o país ainda amarga as últimas posições no *ranking* mundial. Quais são as conseqüências de se divulgar resultados tão ruins para um determinado país? Isto não o enfraquece? Isto não vai ao encontro da política neoliberalista e dos movimentos neocolonialistas? Que outra estratégia poderia ser melhor do que a de golpear a autoestima de um povo? Enfraquecidos, temerosos serão alvo mais fácil para manipulações.

Até aqui, apontamos algumas das contradições a que somos expostos nesta polifonia que vivemos cotidianamente. O discurso leva-nos para uma direção que é da emancipação, consciência crítica, leitura. No entanto ao trabalharmos com dados reais de pesquisa e verificar a realidade da biblioteca de Juína o que encontramos é um desencontro entre o que se diz e as condições que se criam para a realização do discurso hegemônico. Se de fato, houvesse por parte de uma estrutura macrossocial, um interesse em desenvolver leitores críticos, muitas das ações que vemos em curso teriam de ser diferentes, ou melhor, radicalmente contrárias.

A "necessidade" dos países ricos em manter pessoas desqualificadas se dá porque assim, mantém-se também uma mão de obra barata, ampliando as margens de lucro. A

miséria, o trabalho escravo, o trabalho infantil dentre outros alimentam esta lógica perversa, contraditória e ideologicamente desumanizadora.

Apesar da melhora na participação, o Brasil ainda ocupa o 53º lugar no *ranking* geral, num total de 65 países que fizeram o exame. Os alunos brasileiros ficaram em 53º em ciências e leitura e em 57º em matemática. Foram avaliados os processos educativos em 65 países, 34 deles da OCDE. Vinte mil estudantes brasileiros nascidos em 1993 responderam às provas de leitura, matemática e ciências. *O desempenho dos alunos da rede pública são inferiores aos dos estudantes de instituições privadas. Enquanto a média alcançada por eles em escolas particulares foi de 502 pontos, nas públicas foi de 387 pontos.*

Esta afirmação com clara evidencia de favorecimento ao ensino privado, citado acima, está equivocada porque o ensino privado não está com o seu desempenho superior ao do ensino público como podemos comprovar na segunda tabela do INEP. Lá encontramos que o ensino público federal tem sua média geral 528, ensino privado média geral 502, ensino público estadual, média geral 387. Ora, o ensino público federal não fez parte dos resultados apresentados? Ou o ensino federal não é público? Esta ocultação nos parece perigosa e tendenciosa no sentido de construir na população uma idéia equivocada de desvalorização da escola pública, como estratégia de minar qualquer resistência para a privatização do ensino no Brasil aos moldes chilenos. O Chile é o país da América Latina que mais adequou suas políticas públicas aos interesses capitalistas. Isso precisa ser evidenciado para que analisemos a luz da verdade e da compreensão dos fatos e do atual contexto político e econômico, antes de aceitarmos estas pesquisas falaciosas, tendenciosas e com índices, conceitos, comparações que também podem ser facilmente questionados e colocados em descrédito.

Na média nacional o Brasil cresceu, sobretudo, em matemática, onde passou de 334 pontos no ano 2000, para 386 pontos em 2009; em ciências passou de 375 para 405 e em leitura, de 396 para 412. A meta traçada no Plano de Desenvolvimento Nacional da Educação, lançado em 2007, era de atingir pelo menos 395 pontos de média nas três matérias. E o que efetivamente foi feito em termos de políticas públicas para que conseguíssemos, de fato, atingir esta marca? Com o intuito de ponderar sobre este questionamento observemos alguns cuidados atribuídos à educação por intermédio de políticas educacionais.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Ao constatarmos que o crescimento econômico não rege proporcional ou mecanicamente à superação das desigualdades sociais, tanto no terceiro mundo como nos países desenvolvidos, o papel da educação é levado a ser repensado, como elemento que é

capaz de dinamizar outros processos sociais importantes para com isso se obter uma maior equidade. A discriminação, a violência e a própria indiferença face à desigualdade social demandariam, a formação de uma ética de convivência mais solidária.

Somente através de recursos aplicados na educação, mas de forma justa e competente o mundo em geral poderá estar superando esta desigualdade social de uma forma ética existente hoje no mundo (MELLO 1991).

Ainda que a educação sozinha não garanta a justiça social, nem podemos esperar só dela a erradicação da violência, o respeito ao meio ambiente, o fim das discriminações sociais, e outros objetivos humanistas que se colocam para as sociedades, é parte crucial do esforço para tornar as sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas. (MELLO 1991).

Uma educação que se ocupe com a formação de mão de obra qualificada e não ofereça aos seus alunos e professores condições de participarem da cultura de forma mais intensa, acessando seus bens e produções nas diversas áreas do saber, compromete-se mais com o capital do que com o desenvolvimento das pessoas. Sendo assim, não deveria ser denominada educação, mas sim treinamento, adestramento ou coisa que o valha.

Alguns objetivos tradicionais do ensino, segundo Mello (1991), como: a aquisição de conhecimentos básicos e a formação de habilidades cognitivas são condições indispensáveis para que as pessoas consigam, de modo produtivo, conviver em ambientes carregados de informações, e tenham aptidão de processá-las, selecionar o que é relevante, e continuar aprendendo.

As instituições de ensino no Brasil sofrem de um enorme centralismo e verticalização que debilitam as unidades prestadoras de serviço educacional. Ainda mais grave é o fato de que o aparato burocrático educacional não presta conta, dos resultados produzidos, senão para ele mesmo. A segmentação, o inchamento e multiplicidade dos interesses burocráticos centrais e intermediários consomem recursos que deveriam estar sendo destinados à melhoria da qualidade das escolas. Segundo Ladislau Dowbor:

[...] estamos falando do país mais industrializado da região, onde o problema realmente não é de recursos: é importante lembrar que o social, no Brasil, envolve, como ordem de grandeza, 25% do Pib do país. O nosso problema, de forma geral, não é o de gastar pouco com o social. Essencialmente, é de gastar mal. (2000, p. 14)

Fenômeno confirmado ainda pelo relatório do IPEA 1996:

"Ao longo das últimas décadas, o aparato institucional das políticas sociais pode ser caracterizado, em todos os níveis de poder, como um somatório desarticulado de instituições responsáveis por políticas setoriais extremamente segmentadas, que sobrepõem clientelas e competências, e pulverizam e desperdiçam os recursos, provenientes de uma diversidade desordenada de fontes. Isto redundando num sistema de proteção social altamente centralizado na

esfera federal, ineficiente e iníquo, regido por um conjunto confuso e ambíguo de regulamentos e regras". (1996, p. 57)

O aumento do número de escolas não foi acompanhado de uma organização institucional que deveria ter, como principal foco de atenção, a organização escolar e as condições mínimas para seu funcionamento. Assim, com o aumento quantitativo de escolas, cresceram e diversificaram os controles centrais para ordenar, do centro para as margens do sistema, o funcionamento dos milhares de unidades que realizam as atividades-fins.

A educação brasileira precisa no mínimo que seja dividida em regiões para facilitar o desenvolvimento e o controle destas instituições. Esta condição embora seja entendida como uma alternativa que dê mais possibilidades de construir qualidade deve suscitar alerta em nós para que sob o discurso de regionalização, independência e autonomia alguns lugares não entrem na condição forjada de abandono por parte do Estado.

Percebemos que não há compromisso sério dos políticos com a educação, pois eles destinam verbas para construções de escolas, porém, não verificam onde estão precisando da escola, mas onde estão seus colégios eleitoreiros. A educação obrigatória em nosso país não pode prosseguir tendo sua identidade diluída, ora apenas como processo de formação de consciência numa perspectiva assistencialista, ora somente como processo de formação de consciência ideológica, ora como uma vaga preparada para a vida. É preciso de uma vez por todas compreender que a função principal da escola é ensinar e logo, o resultado que dela deve ser esperado, avaliado e cobrado é a aprendizagem do aluno como um todo.

A demarcação de objetivos estratégicos ousados não deve ser confundida com a fragmentação curricular que tem imperado no ensino fundamental do nosso país. As penúrias basilares de aprendizagem remetem à valorização das disciplinas básicas e instrumentais que, se ganharem tratamento adequado, podem contribuir para a consecução daqueles objetivos. Essas disciplinas estão ligadas aos códigos instrumentais da leitura, escrita e cálculo matemático e aos conteúdos básicos de ciências e humanidades. Conteúdos especiais, como prevenção no uso de drogas, educação do consumidor, educação ambiental e vários outros, devem ser abordados integrados aos conteúdos básicos, sem obrigação de fragmentar o tempo escolar em um número elevado de disciplinas estanques. Desta forma, conteúdos voltados para a realidade sociocultural local seriam reunidas à estrutura curricular, eventualmente como disciplinas peculiares, mas, preferencialmente, permeando os conteúdos basilares, numa forma inovadora e transdisciplinar.

É evidente que a melhor utilização dos equipamentos e materiais de ensino juntamente com as mudanças curriculares e metodológicas e a capacitação dos professores produzem os

resultados esperados quando acontece entre eles uma interação que é propiciada pela dinâmica de funcionamento da escola. Essas escolas com certo grau de identidade institucional própria, habilitadas para definir uma proposta pedagógica, cujos fins sejam assumidos pela sua equipe, com responsabilidades compartilhadas, são as que conseguem usar qualitativamente os insumos financeiros, humanos e pedagógicos. A tática, assim sendo, deve ser a da reorganização institucional dos sistemas de ensino fundamental que leve ao fortalecimento da organização escolar. Portanto, será necessário promover uma ampla descentralização desses sistemas, restituindo às escolas sua iniciativa e autonomia de decisão quanto ao seu projeto pedagógico, construindo assim uma integração mais dinâmica com seu meio social imediato.

A proposta de descentralização tem como objetivo final o fortalecimento da organização escolar e sua maior autonomia, constituindo-se num processo de redefinição do papel dos interesses centralizados do aparato estatal e de políticas pactuadas com interesses intermediários. Receber como critério os resultados aferidos pelo progresso da aprendizagem dos alunos e inventar condições para que as escolas respondam por eles é parte da autonomia. Por sua vez, isso supõe a redução das burocracias centralizadas, destinadas aos controles processuais e cartoriais, e a diminuição a um mínimo indispensável de ordenamentos para todo o aparato, tanto legal como técnicos.

A forma de condução da política educacional é um processo de conflitos e envolve sempre a administração de carências. É necessária a ampliação do tempo diário do aluno na escola e que este aumento seja ofertado a todos os estudantes. Porém, o país não tem recursos para cumprir esta meta de imediato. É necessário que pelo menos as séries iniciais fossem contempladas e a partir deste momento fossem destinados recursos para a expansão da rede física para metas mais ousadas.

A elaboração de políticas educacionais precisa de trabalhos a longo prazo para produzir resultados e assim é indispensável garantir sua estabilidade e continuidade de condições (MELLO 1991). É necessário reverter o padrão atual de financiamento que leva o Estado a gastar milhares de dólares anuais com alunos do ensino universitário, enquanto que o do ensino fundamental custa, para os estados mais ricos, uma centena de dólares por ano. A questão seria equalizar os gastos com o ensino infantil, fundamental, médio e universitário de modo a conseguirmos, de fato, qualidade educacional. Não nos parece adequado retirar de um nível para aplicar em outro, pois se assim for não teremos um processo educacional de qualidade do começo ao fim da educação formal. A ideia é outra, investir em todos os níveis educacionais de forma a garantir condições para a construção de qualidade.

A educação não se muda apenas pela oferta. É necessário, que a sociedade seja instrumentalizada para demandar ensino de qualidade. O papel dos meios de comunicação e outros formadores de opinião são insubstituíveis na formulação de uma política de qualificação de demanda. Sem eles, a educação permanecerá invisível para a sociedade ou entendida como assunto restrito aos educadores e políticos (MELLO 1991). No entanto, o que se vê cotidianamente é a mídia reforçando a ideologia capitalista dominante e levando a população a ter ideias estreitas acerca da educação brasileira. Em outras palavras, a mídia funciona como estratégia de manutenção dos interesses daqueles que a financiam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de serem referência e possuírem poder de influenciar o cenário educacional, avaliações como as analisadas neste trabalho, parecem pouco colaborar com avanços na qualidade e a funcionalidade da educação no Brasil. É perceptível que fatores que ultrapassam as questões econômicas, mas quase sempre são dela originários, corroboram para este resultado negativo das questões educacionais, o enfraquecimento da nação e a perda de sua própria identidade. Assim, as organizações que dominam esse planeta e que estão à frente de instituições como o BIRD, o FMI e o Banco Mundial se propõem auxiliar em questões econômicas, políticas, culturais ou sociais e passam a exercer diversas funções com exclusiva intenção de influenciar na tomada de decisões, reforçando valores ou inibindo-os, buscando modelar o "comportamento" dos países beneficiados.

Importante frisar, no entanto, que esse procedimento nada mais é do que mais uma forma de dominação, pois tais organizações, comandadas, exclusivamente, por países desenvolvidos, passam a ditar normas que, na maioria das vezes, não só influenciarão na economia, mas também e, principalmente, na política dos Estados beneficiados. Ora, quais seriam os interesses de instituições financeiras internacionais estarem à frente da educação de outro país? Sabendo-se que há países que conseguiram superar muitos de seus problemas investindo em educação, o Japão, a Coreia e a China investiram pesado na educação em seus países e hoje ocupam posição de destaque no universo internacional colocando-se como potências. Então o que é possível deduzir deste interesse em controlar o processo educacional de países pobres ou emergentes? Pode-se imaginar o que aconteceria com o mundo se todos os países estivessem na condição de potência?

O equilíbrio provocado por essa equidade despertaria um maior respeito entre os países, dificultaria o estabelecimento de relações de exploração e opressão e haveria possibilidade de um convite internacional para o diálogo e a adequação de ações na direção do

que seria melhor para todos e, não somente para os poucos detentores do poder econômico. Esses interesses podem influenciar na forma e teor com que resultados importantes como os analisados neste trabalho são divulgados, muitas vezes, de forma superficial e até mesmo distorcidos. Dito de outra maneira, a proposta de mensurar o analfabetismo por intermédio de habilidades indispensáveis à leitura pode ser percebida, inicialmente, como sendo uma maneira de disponibilizar uma metodologia de medição do analfabetismo, que pudesse ser útil à pesquisa social. Porém a elaboração, análise e a maneira como são divulgados esses resultados, nos levam a observar essa ação como mais uma forma de se tentar maquiagem a ineficiência e o comprometimento dos órgãos responsáveis pela qualidade da educação em nosso país com os poderes econômicos que ditam as regras do planeta.

Assim, pelo que podem vir a representar essas avaliações, para o futuro da qualidade da educação, se requer dos pesquisadores, que haja um maior espessamento de suas análises, para favorecer um uso mais produtivo desses resultados e referências por parte da sociedade como um todo, mas em especial por responsáveis pelo direcionamento das políticas e rumos da educação. Para estes, a séria e “imparcial” compreensão dos resultados que essas avaliações se propõem a esclarecer, deveriam ser insumos repercutindo positivamente em relação às práticas pedagógicas e a educação de uma maneira geral. Nossa condição educacional aponta exatamente o contrário disso. Não tem havido maior investimento nas instituições consideradas mais precárias e que apresentaram resultados aquém do esperado. É importante sinalizar também que houve, conforme as análises que fizemos, uma desconsideração de instituições federais, públicas, quanto ao fato de estarem ocupando o topo de pontuação nas pesquisas que elegemos como alvo de análise. Ora, se as federais apresentaram melhores condições, por que não compararem estas com as estaduais que apresentaram índices menores e condições mais precárias quanto ao quesito de alfabetização? Pareceu-nos pelos argumentos desenvolvidos ao longo de nosso estudo que esteja havendo manipulação na apresentação destes dados, tendenciosidade política, para afirmar no ideário da população a supremacia de escolas particulares em relação às instituições públicas.

Essa questão, segundo nosso entendimento, seria de instalação de um caos, pois se as escolas e instituições públicas forem privatizadas, passam a ter acesso a elas somente as pessoas com condições de arcar financeiramente com seu processo educativo. E isso não é democrático! É fato que pesquisas envolvendo somente algumas áreas, como nesse caso, a leitura, são um recurso limitado para envolver o amplo conjunto de habilidades e atitudes que esperamos ser desenvolvidos pelos alunos, porém, há avanços sendo realizados.

Pensamos que a análise das avaliações de aprendizagens desvinculada de interesses econômicos e direcionada à formação de uma população com qualidade educacional, permitirão que o país se aproxime da perspectiva que hoje se procura imprimir aos objetivos educacionais mais sérios.

REFERÊNCIAS

- 1 BONIS, Gabriel, da Carta capital. As bibliotecas sem leitores 14/10/2011. Disponível em: <http://envolverde.com.br/educacao/brasil-educacao/as-bibliotecas-sem-leitores/> Acesso em 11/2011.
- DOWBOR, Ladislau **A Comunidade Inteligente. 2000**. Disponível em <http://terraeprosa.wordpress.com/2011/11/12/a-comunidade-inteligente-parte-iv> acessado em 20 /11/2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Sec. XXI Escolar**. R Janeiro, Nova fronteira, 2001
- FREIRE, Paulo, A importância do ato de Ler; em três artigos que se completam / Paulo Freire. -50. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch, Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança / Jussara Maria Lerch Hoffmann. – Porto Alegre: Mediação, 1996. Disponível em: <HTTP://:cmnovarejo.com.br> Acesso em: 30/08/2011.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições/ Cipriano Carlos Luckesi. – 21. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista, 1848 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-> Acesso em 11/2011
- MCLAREN, Peter. A pedagogia da utopia / Peter McLaren: introdução Nize Maria Campos Pellanda: tradução Márcia Zimmer – Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2001. 80 p. Conferencias realizadas na UNISC nos dias 8, 9, 10 de setembro de 1999.
- MELLO, Guiomar Namó “Políticas Públicas de Educação”, 1991. Documento apresentado no seminário realizado no dia 19 de dezembro de 1991, no IEA. Revisão de Sergio Costa Ribeiro. Disponível em: www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/2488/2 Acessado em: 10/2011
- PNUD/IPEA - **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996** - Brasília, p. 57 Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/TerceiroRelatorioNacionalODM.pdf> acesso em 20/11/2011
- Resultados preliminares PISA. 2009 Disponível em: www.abruc.org.br/sites/500/516/00001872 Acessado em 10/2011 .
- SILVA, Theodoro Da. **A produção da leitura na escola pesquisas e propostas**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- SINGER, Paul, **Conferencia de abertura da XVIII**, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo Reunião Anual da ANPED, Caxambu, outubro de 1995. Revista Brasileira de Educação. Disponível em: www.cultura.gov.br/site/2008/05/28/pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil. Acessado em: 30/09/2011.